



**DA DIALOGICIDADE ENTRE UNIVERSIDADE  
E COMUNIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO  
EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA DIALÓGICA NA  
PESQUISA-AÇÃO**

**The Dialog between University and Community:  
A Study Case of University Extension from the  
Exercise of Dialogic Democracy in Action Research**

Marcia Regina Ferreira\*  
Francielle da Silva \*\*  
Renan A. Ferreira Zanatta \*\*\*

\*Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.  
Professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Endereço:  
Rua Jaguaraiwa, 512. Matinhos, Paraná.  
E-mail: marciaregina@ufpr.br

\*\*Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná –  
UFPR. Endereço: Rua Jaguaraiwa, 512. Matinhos, Paraná.  
E-mail: fransilva@ufpr.br

\*\*\*Bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do  
Paraná – UFPR. Endereço: Rua Carlos Pioli, 620. Curitiba, Paraná.  
E-mail: ferreirazanatta@gmail.com

**Resumo:**

Tem-se o objetivo com este artigo de relatar a importância de um projeto de extensão universitária e sua articulação com a comunidade, o qual buscou mudanças na realidade local por meio da democracia dialógica. Para tanto, utiliza-se como arcabouço teórico Freire (1979, 1981, 1986, 2000), Giddens (1991, 1994, 2005), Thiollent (2005) e Zaoual (2003). A metodologia desenvolveu-se a partir do estudo de caso sobre o projeto de extensão “Cultura e Identidade: elementos necessários para a prática pedagógica e fortalecimento do local”. O estudo expõe práticas inovadoras no processo de pesquisa, reflexão e ação para o empoderamento da comunidade foco e acadêmica. O alcance dos objetivos decorreu a partir da construção de vínculos entre extensionistas e comunidade que possibilitaram o exercício dialógico. A principal contribuição é a interlocução entre teoria e prática a partir da

reflexão, da vivência e do diálogo. Desse modo, rompe-se a visão reducionista da intervenção.

**Palavras chave:**

Democracia Dialógica. Extensão  
Universitária. Comunidades Rurais.

**Abstract:**

The article aims to report the importance of a university extension project and the liaison with the community, seeking changes in the local reality through dialogic democracy. For this purpose, studies of Freire (1979, 1981, 1986, 2000), Giddens (1991, 1994, 2005), Thiollent (2005) and Zaoual (2003) are used as the theoretical framework. The methodology was developed through the study case on the extension project

“Culture and Identity: Requirements for the pedagogic practice and local strengthening.” The study presents innovative practices in the process of research, reflection and action for academic community and focus community empowerment. The achievement of the goals resulted from the construction of links between extension and community that enabled the exercise of dialogue. The main contribution is the link between theory and practice through reflection, experience, dialogue and thus breaking up the reductionist view of intervention.

**Keywords:**

Dialogic Democracy. Extension Programs. Rural Communities

**1. Introdução**

Em condições de reflexividade social - cujo significado, segundo Anthony Giddens (1991), é pensar constantemente e refletir sobre as circunstâncias em que se vive -, é possível promover a integração substantiva entre comunidade e universidade numa perspectiva dialógica de autoformação coletiva? Qual a relação deste processo com a construção de uma democracia dialógica?

Com o presente estudo, busca-se responder essas questões por meio da análise da experiência universitária e visa compartilhar a prática da extensão desenvolvida na Universidade Federal do Paraná (Setor Litoral), a partir do projeto de extensão realizado com uma comunidade rural composta por 30 famílias (130 pessoas) - reconhecidas como posseiros - que desenvolvem diversas atividades como pesca artesanal, agricultura de subsistência e o extrativismo de produtos da floresta (cipó-preto e musgo). A extensão busca promover a ação conjunta de diferentes áreas do conhecimento em uma perspectiva dialógica, a fim de fomentar

a participação da comunidade na escola e, assim, construir um projeto de educação do campo. Tal projeto deve considerar o modo de vida e realidade dessa comunidade, objetivando-se gerar com esse processo produtos que manifestem a valorização da cultura, do trabalho e da identidade local das famílias caiçaras. Por meio da extensão acadêmica pautada na pesquisa-ação, cria-se um espaço propício à interface entre teoria e prática, o que estimula o processo de reflexão e valorização da questão da educação do campo entre os estudantes e professores da UFPR Litoral.

Para tanto, considera-se a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática, que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade, revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações e conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (JEZINE, 2004).

A extensão universitária participativa, dentro deste contexto, rompe tanto com a concepção assistencialista de extensão, como com a concepção mercantilista. Tais concepções, assistencialista e mercantilista, se limitam a dois aspectos fundamentais: ou (i) giram em torno de suprir necessidades sociais emergentes, de programas e atividades que atendem carentes e desempregados, e assistência técnica e serviços assistenciais, ou, como apresenta Thiollent (1998), (ii) pautam-se em uma extensão que apenas oferece consultorias ou prestação de serviços a empresas e entidades que são objeto de contrato em função de critérios de mercado. Ambas as concepções apresentam escassez de projetos sociais transformadores e trazem à tona o imperativo da universidade refletir sobre sua função e finalidade, buscando criar respostas institucionais em relação ao espaço da extensão que vem sendo construído na universidade

pública brasileira.

Segundo Thiollent (1998), um espaço para extensão envolve a comunicação e a participação. Ou seja, faz-se necessário refletir sobre as potencialidades da metodologia participativa, desenvolvendo a pesquisa-ação para interagir com as comunidades, promovendo a atuação acadêmica de maneira que esta seja repleta de reflexão e ação direta sobre a situação vivida de forma respeitosa e, ainda, compreendendo o homem em sua universalidade e em suas singularidades locais. Por ter esses elementos, a extensão participativa gera um ambiente participativo e democrático. Zaoual (2003) assevera que a epistemologia do diálogo intercultural e a metodologia da pesquisa-ação propiciam um conhecimento do homem finalmente reconciliado a si próprio, o que pode, assim, construir novas economias. O autor considera o *homo situs* como um homem que não é tão disciplinado como o são as nossas disciplinas, mas que possui uma racionalidade situada, a qual contraria o *homo oeconomicus*. Destaca, ainda, que o *homo situs* é um homem que se comunica com seu meio. Por isso, para aproximarmos dessa forma de pensar, precisamos de uma abordagem indisciplinada, uma pedagogia mais humana, que destaque a escuta e o acompanhamento deste homem situado, cuja pesquisa ação proporciona.

É dentro desse contexto que surge a necessidade de se pensar que toda extensão ocorre em um território e este não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas. Santos (1999), ao discutir o conceito de território numa perspectiva sociológica, apresenta que o território é o chão da identidade e a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Nessa perspectiva, a extensão é um trabalho que envolve pesquisa, aprendizado mútuo, trocas recíprocas. Enfim, um trabalho que propulsiona outras formas de trabalho, de trocas materiais e espirituais, nas quais existe uma vida. Uma vida que tem, nos termos do eminente pensador brasileiro, dois pólos: o dinheiro que tudo busca desmanchar e o território que mostra a

existência de coisas que não se pode desmanchar. Ou seja, a extensão precisa desenvolver um compromisso de, juntamente com as comunidades empobrecidas, transformar o lugar (o território) pela busca da cidadania, a fim de contrapô-la à tirania do dinheiro que movimenta, também, o território.

Segundo Thiollent (2005), para ter uma atitude militante, o pesquisador (extensionista) não precisa ignorar as exigências científicas de uma investigação ou critérios de racionalidade de um planejamento ou tomada de decisão. No entanto, o teórico francês reconhece o quanto as metodologias participativas de pesquisa-ação são recomendadas para dinamizar a extensão universitária como uma atitude favorável à construção e difusão de conhecimentos e problemas do meio circundante. Todavia, reconhece o quanto há de resistência, ou mesmo preconceito, em relação ao uso de tais metodologias, embora já seja possível ver algumas mudanças nas atividades de extensão ocorrendo no cenário nacional, as quais criam espaços para as metodologias participativas e, sem dúvida, para a pesquisa-ação enquanto uma de suas variantes (THIOLLENT, 2005).

Observa-se que, como o uso das abordagens participativas na extensão universitária, avança-se não apenas com a possibilidade da extensão como função acadêmica da universidade, mas sim de exercícios participativos que promovem a própria reflexão sobre a comunidade acadêmica em seu dia a dia e em seu território. A questão da extensão acadêmica implica, também, segundo Jezine (2004), na sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, isto é, “na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade no qual a crítica e a autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento” (JEZINE, 2004, p. 335); tarefa esta que se torna desafiante para a extensão, pois é preciso ensinar através da socialização dos conhecimentos e é preciso pesquisar com o escopo de buscar os fundamentos das soluções dos problemas da sociedade. Nesse

sentido, a interação “ensino-pesquisa-extensão” torna-se o pilar que alicerça a formação humana/profissional e a interação universidade/sociedade, no cumprimento da função social da universidade.

Ainda, segundo a autora, a extensão como uma função da universidade - que objetiva se firmar a partir da concepção acadêmica, inserida no contexto de contradições inerentes ao próprio processo de produção do conhecimento em uma sociedade capitalista - busca uma nova dimensão de universidade, sociedade e sujeito, consubstanciada na perspectiva ideológica do “compromisso social” como instituição pública, viabilizando a organização política do grupo, em que, além da promoção de uma consciência crítica, se almeja a intervenção na realidade em uma perspectiva transformadora e libertadora da autonomia do sujeito.

É a partir dessa perspectiva de trabalho, de extensão universitária acadêmica, que se busca refletir as ações desenvolvidas na UFPR setor Litoral e relatá-las por meio do estudo de caso do projeto de extensão na comunidade Rural de São Joãozinho-Guaratuba-PR. As pistas apontadas nesses diálogos na escola e comunidade mostram como, em seus processos, romperam-se os muros da escola rural e da universidade (enquanto apenas extensão), gerando um “rizoma”, no sentido em que tal processo possui várias dimensões que, ao longo do artigo, serão apresentadas.

## **2. Diálogo, cultura e identidade como elementos estruturantes da extensão universitária**

Tendo como pressuposto, na extensão universitária, o diálogo, observa-se que, ao valorizá-lo em sua intersubjetividade, desenvolvem-se metodologias participativas, em especial, a pesquisa-ação como microintervenção em comunidades rurais. Nestes locais de intervenção, há o homem situado que possui o seu sítio de pertencimento, o qual age como bússola, orientando comportamentos individuais

e coletivos. Sendo assim, o exercício da democracia pretende ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-sociais humanas estejam presentes na formação do sujeito, concebido como ser histórico.

No caso do projeto de extensão do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, a ideia inicial partiu da problemática da educação do campo, em que as diretrizes operacionais básicas para as escolas do campo apresentam a necessidade de práticas pedagógicas que visem à formação do sujeito para a cidadania. Assim, perquiriram-se quais eram os espaços que poderiam ser utilizados para a construção de uma comunidade educacional ampliada. A partir disto, delineou-se, por meio da extensão, fortalecer os espaços de diálogos do campo e de educação ambiental e cidadã, com atividades na comunidade e na escola de São Joãozinho, tendo em mente que a comunidade é um lugar de vida, de aprendizado, de trabalho, de construção de significados, saberes e cultura.

Deste modo, com o escopo de reconhecer e valorizar a comunidade rural e a comunidade acadêmica da UFPR Litoral para esse processo participativo, buscou-se reconhecer e ampliar os espaços de aprendizagem (casa, lavoura, floresta, patrimônio natural, pesca, entre outros) existentes na comunidade, considerando esses elementos como ponto de partida, a fim de evidenciar:

- a) a importância de incorporar a comunidade na escola e a escola na comunidade;
- b) a importância de práticas pedagógicas inovadoras que considerem a cultura e a identidade do local;
- c) a perspectiva ambiental que evidencie as possibilidades de um meio de vida sustentável para as famílias caiçaras, por meio de uma educação vinculada aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da coresponsabilidade, da solidariedade e da equidade.

Ao construir um projeto de extensão neste viés, considerou-se, também, a educação ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.

Branco (2003), ao discutir sobre a educação ambiental, aponta que a própria escolha dos temas transversais ocorreu pela urgência de trazer as questões sociais do Brasil para a sala de aula. Isto significa que a preocupação com questões graves que representem obstáculos para a construção plena da cidadania, ferindo a dignidade das pessoas e diminuindo, assim, seu nível de qualidade de vida são pautas a serem refletidas, ações a serem construídas coletivamente e parcerias a serem estabelecidas. Ou seja, novas configurações urgem ocorrer no meio educacional.

Diante deste contexto, a valorização da cultura e identidade do campo se apresenta relevantes por diversos motivos:

- a) O ser humano do nascimento até a morte interage com os outros, e essa interação condiciona a personalidade e os valores que sustentam os comportamentos que são desenvolvidos em sociedade. É no decorrer da socialização que cada educando ou membros das comunidades caiçaras do litoral paranaense desenvolvem o seu sentido de identidade. Assim, o conceito de identidade na sociologia, de acordo com Giddens (2005), é multifacetado, podendo ser abordado de diversas formas. Porém, de um modo geral, a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Desta forma, considera-se que quando a cultura local é ameaçada pelas consequências dos processos de globalização e massificação dos indivíduos, é nesse momento que se manifestam os sentimentos de identidade, na tentativa de solidificar os sítios simbólicos e as características de um lugar. Aqui, sítio simbólico trata de uma entidade imaterial
- (ou intangível) que impregna o conjunto do universo local dos atores. Contrariamente ao culturalismo, o estudo dos sítios é uma abordagem não estática, pensando no plano de movimento, de complexo e de mestiçagem cultural, como aborda Zaoual (2003).
- b) A cultura é muito importante nessa perspectiva de envolvimento da comunidade e para o próprio desenvolvimento e fortalecimento comunitário, pois é vista como resultado de uma prática social. Ou seja, a cultura é gerada na prática social produtiva das famílias da comunidade e dos educandos. Nesse sentido, os conteúdos culturais a serem trabalhados na escola do campo devem estar presentes nas práticas pedagógicas, pois são eles que fazem a escola ter um sentido na formação dos alunos. As Diretrizes Curriculares da Educação do Paraná apresentam a Cultura e Identidade como conceitos que podem ser problematizados a partir da trajetória de vida dos alunos, da caracterização das práticas socioculturais vividas na comunidade onde a escola está localizada, ou seja, a realidade da comunidade rural e seu território como ponto de partida.

A partir do entendimento da diversidade cultural (ZAOUAL, 2003) e da importância da extensão pautada na comunicação (FREIRE, 1979, 2000), o tema do projeto de extensão justifica-se pela necessidade de conhecimento e valorização dos saberes locais e a necessidade de ampliar a visibilidade das famílias que vivem na Mata Atlântica, bem como as problemáticas das escolas rurais. Desta forma, buscou-se desenvolver na academia (UFPR Litoral) uma extensão universitária dialógica e participativa, ou seja, uma ação pautada na democracia dialógica (GIDDENS 1994). Como a UFPR trabalha com um Projeto Político Pedagógico (PPP) diferenciado, este projeto de extensão representa uma interação com a comunidade e

com a escola rural da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba-PR. Essa interação se dá por meio de trocas de experiências, as quais possam dar pistas para compreender a realidade, conhecer e cultivar a identidade das famílias caiçaras de cada localidade e, assim, desenvolver e construir grupos comunitários de estudos e discussões (no sentido de construir processos de decisão coletiva) para o fortalecimento dessas famílias, bem como sua contribuição para a organização do Projeto Político Pedagógico. Visa a uma nova organização do currículo da Escola Municipal de São Joãozinho. Com a criação desses grupos de diálogo comunitário, espera-se também que ocorra o surgimento de uma rede de trocas entre as comunidades do sul da baía de Guaratuba (5 comunidades).

### 3. Metodologia

O método de estudo de caso (YIN, 2001), foi utilizado para contar o processo da proposta da extensão participativa e seus resultados a partir da experiência dos autores no projeto “Cultura e Identidade: elementos necessários na prática pedagógica e fortalecimento do local”. Apresenta-se como um estudo longitudinal, pois a coleta de dados e informações deu-se no período letivo de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, na Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, onde foram desenvolvidas as ações com a Comunidade Rural de São Joãozinho do Município de Guaratuba-PR. As informações coletadas foram derivadas dos produtos provenientes da metodologia participativa do meio rural, realizada semanalmente na associação da comunidade rural de São Joãozinho. As atas de reuniões revelam a participação direta de acadêmicos, comunidade e professores. Comparando o desenvolvimento do projeto, notamos mudanças de discurso, novos objetivos e antigas críticas que fazem parte do arsenal qualitativo de pesquisa (THILLEN, 2005).

Para a avaliação do estudo de caso, mapeamos os propósitos de politização do projeto,

o qual ambiciona atingir a apropriação de várias problemáticas que a comunidade rural vivencia em seu dia a dia. Para tanto, como arcabouço teórico, utilizamos as categorias da democracia dialógica (GIDDENS, 1994), aqui reconhecidas com três dimensões para a análise neste estudo de caso, sendo elas: a dimensão ambiental, a dimensão comunicacional e a dimensão jurídica.

O método de estudo de caso foi eleito com a finalidade do exercício do distanciamento da pesquisa-ação praticada; assim, possibilitou-se a reflexão e discussão da mesma. Na visão da ciência pós moderna, a aproximação com a unidade de análise também se faz necessária, bem como a importância do registro da experiência. Nesse sentido, a metodologia utilizada no estudo de caso considerou a observação, a descrição, a vivência dos extensionistas com a comunidade, o que permitiu a apreensão específica do processo de trabalho e os frutos emergidos nesses diálogos.

Ressalta-se que os resultados obtidos com este tipo de estratégia limitam-se ao caso aqui relatado (YIN, 2001).

### 4. O caso do exercício da democracia dialógica na extensão universitária com a comunidade de São Joãozinho no Paraná

*Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da importância do papel da consciência na história, a questão da decisão, da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites. (FREIRE, 2000)*

#### 4.1 Caminhos percorridos: a voz das famílias da comunidade por meio da história oral, suas aspirações e processos participativos

Por meio da abordagem etnográfica e utilizando a metodologia de pesquisa da

história oral, na Comunidade de São Joãozinho, foi possível resgatar sua história nesses últimos cem anos<sup>1</sup> e as histórias de vida das famílias em relação a todos os conflitos vividos (agrários, ambientais e institucionais). Essa ferramenta de trabalho possibilitou a coleta de depoimentos individuais e coletivos, estabelecendo posturas e atitude na produção de uma história coletiva permeada por felicidade e tranquilidade nos primeiros cinquenta anos da comunidade e, depois, períodos de angústia, desespero e incapacidade de dialogar com o Estado e se fazer ouvir nos períodos das invasões das empresas de reflorestamento e, recentemente, pelas pressões advindas das legislações ambientais. Tal atividade foi necessária, pois, com essa abordagem, buscou-se conhecer a história e a cultura dessas famílias da área rural.

Enfim, como ressalta Freire (1979), não há pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado (relação homem-mundo), sempre há um mundo cultural e histórico, no qual as relações homem-mundo ocorrem. Por meio das transformações, o homem cria seu mundo e o mundo da cultura se prolonga na história. Assim, a história torna-se elemento fundamental quando se tem a compreensão de que ela é algo feito pelos homens e, ao mesmo tempo, esses homens nela vão se fazendo, criando.

O diálogo e o fortalecimento entre os membros da comunidade que vivem na floresta é fundamental para o entendimento de quem são, o desenvolvimento da auto-estima social e a participação da comunidade de forma ativa nos espaços públicos organizados e constituídos (como o Conselho gestor da APA de Guaratuba). A cada ano, a importância da governança ambiental é destacada por meio da participação de comunidades tradicionais; porém, essa participação só é efetiva quando as famílias têm voz e são ouvidas nesses espaços (FERREIRA et al, 2011). Caso contrário, ocorre a cooptação, como observou Little (2001) sobre a apropriação ambientalista dos caboclos que tende a apagar a exploração econômica e dominação política

que esses grupos sofreram durante os últimos dois séculos, para agora concebê-los como potenciais “parceiros” nos novos projetos de desenvolvimento sustentável.

Ao buscando entender todo o processo ocorrido no rural, dialogando com os envolvidos e olhando esse processo de colonização do ambiente rural além da reorganização técnica dos processos produtivos, é preciso questionar, também, os processos homogenizadores, a fim de verificar suas consequências sociais e ambientais para as famílias rurais, em face da destruição de ecossistemas em processos contínuos de exclusão social. Destacam-se, ainda, questões como a perda da identidade social e a massificação cultural que essas comunidades vêm sofrendo nos últimos 40 anos. As famílias da comunidade rural de São Joãozinho perderam seu acesso à terra, a segurança alimentar e sentem-se oprimidos pelos processos ocorridos.

A extensão acadêmica, também, proporciona práticas sociais e participativas, como rodas de conversa onde todos falam e apresentam seus sonhos e aspirações, almoços comunitários, diagnóstico rurais participativos, participações em audiências públicas e reuniões para elaborações de reivindicações. Todos esses processos colaboram para o fortalecimento da comunidade e tentam evitar o desenraizamento dessas famílias, por meio da conscientização da história do lugar (BRANDÃO, 2005). Essas práticas participativas ocorrem por meio de um projeto de extensão universitária que acompanha e constrói, coletivamente, a formação cidadã dessas famílias a partir de suas próprias histórias de vida.

Apenas no processo de diálogo com a comunidade e observando como as instituições locais e estaduais enxergam e trabalham com essa comunidade, é que foi possível identificar a necessidade de um trabalho pedagógico para além da escola municipal rural. A partir dessas reflexões, que só ocorrem durante as ações, a extensão passou a focar suas atividades nas famílias, independentemente de terem ou não seus filhos na escola. O entendimento do grupo

de extensionistas e da comunidade em relação às atividades foi que os diálogos precisavam ocorrer independentemente da chancela da Prefeitura Municipal.

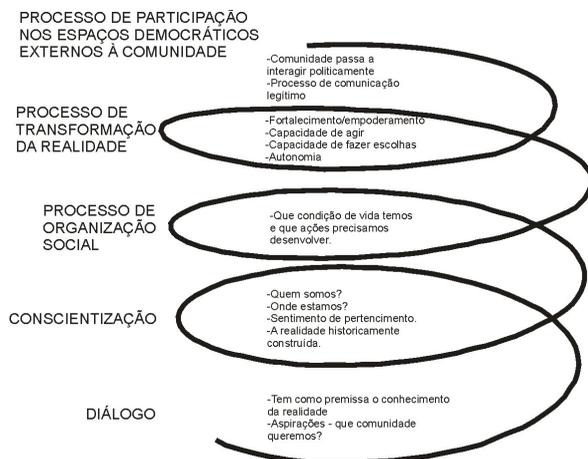
Enfim, para essa cidadania ativa dos membros da comunidade, fez-se necessário o exercício de uma democracia dialógica no sentido apresentado por Giddens (1994), no qual o autor sugere a necessidade de se promover formas mais radicais de democratização, em especial, enfatizando a importância da democracia *diálogo*. Para o sociológico inglês, entre as muitas formas e aspectos da democracia debatidos na literatura hoje, pode-se destacar duas dimensões de uma ordem democrática: por um lado, a democracia é um veículo para a representação de interesses, pelo outro, é um modo de criar uma arena pública, na qual questões controversas podem, em princípio, ser resolvidas, ou, pelo menos, tratadas de forma mais efetiva a partir do diálogo e não de formas de poder pré-estabelecidas. Enquanto o primeiro aspecto recebeu, provavelmente, a maior atenção, o segundo é, pelo menos, igualmente significativo. Por isso, a extensão participativa busca enfatizar o diálogo reflexivo na relação comunidade e universidade, assim como comunidade e seus membros.

A sustentabilidade de São Joãozinho depende da conscientização da situação vivida por essas famílias em relação à justiça ambiental e distribuição ecológica (ecologia política), em especial os impactos (ambientais e econômicos) que sofreram pelas políticas públicas estaduais implementadas. A busca da cidadania democrática, a conquista da igualdade diante da lei, a igualdade da participação política e de condições socioeconômicas básicas para garantir a dignidade humana são elementos essenciais para a sustentabilidade das famílias dessa localidade. Essa igualdade é relevante, pois exige uma meta a ser alcançada, não só por meios de leis, mas pela correta implementação de políticas públicas e de programas de ação do Estado. É no âmbito do lugar que se inicia o trabalho de participação

e que se afirma, como necessidade imperiosa, a organização comunitária para a legítima pressão sobre os poderes públicos. A participação no Estado pode ser exercida, principalmente, por meio de associações de base e de participação em movimentos sociais nacionais e internacionais, em processos decisórios na esfera pública, como os conselhos gestores da APA de Guaratuba, nos Conselhos de Desenvolvimento Rural e nos orçamentos participativos. Entendeu-se, durante os processos de diálogo, que a comunidade precisa se organizar e compreender o seu papel como sujeitos da transformação política, econômica, cultural, social e ambiental naquele espaço. Para tanto, em uma extensão pautada na democracia dialógica e na antropologia da territorialidade, consideram-se os territórios como territórios sociais (LITTLE, 2002).

Os processos de diálogo em São Joãozinho (Figura1) iniciaram-se considerando que cada família é uma instituição. A partir dessa realidade, desenvolveram-se os encontros com a perspectiva de fomentar na comunidade espaços coletivos para o aprendizado social de seus membros, propiciados por meio de rodas de conversa. Os grupos reuniam-se com a periodicidade mensal, a fim de desenvolver alguns hábitos na comunidade e construir um conhecimento a partir desses diálogos, ampliando, assim, o seu entendimento sobre a realidade da comunidade.

**Figura 1: Espiral do processo de participação da Comunidade de São Joãozinho- PR**



Os processos de participação dos últimos anos podem ser descritos na forma de um espiral, em que as fases de diálogos nunca se esgotam. O arcabouço teórico para essas atividades foram formuladas a partir de Paulo Freire (1979, 1981, 1986 e 2000) e contribuições de Lewin (1946) sobre a pesquisa-ação e a criação do espiral de investigação-ação, adotado na comunidade devido à sua perspectiva emancipatória. A ideia do espiral auto-reflexivo é que a organização social racional avança numa espiral de fases, cada uma das quais compoem um ciclo de planejamento, ação e averiguação de fatos referentes ao resultado da ação, resultando em um aprendizado social contínuo (Figura 1). Neste trabalho, a primeira fase foi dialogar sobre a realidade dos seus membros e a manifestação de seus sonhos e desejos.

A vida de uma comunidade é demarcada pela vida em grupo. A todo momento, os membros desse grupo estão desejando, estabelecendo e combinando regras que ajudam a viver melhor. Considerando a vida em comunidade, constata-se a importância da participação, e o entendimento dela como um processo existencial concreto, o qual se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana do grupo. Nesse sentido, o importante no trabalho de extensão foi promover espaços onde a comunidade pudesse manifestar, ou seja, ter voz, ao mesmo tempo em que os extensionistas passassem a compreender toda a complexidade do mundo vivido desses atores por meio de um processo participativo. Esse elemento do diálogo foi importante para a manifestação dos valores e símbolos que a comunidade possui, assim também para pensar o sítio de pertencimento para outras economias, reconhecendo a importância do desenvolvimento *in situ*. No caso de São Joãozinho, as regras sociais são claras e os membros as vivenciam por meio de trabalhos coletivos, como o “guaju” (conhecido como mutirão). As relações entre as famílias são de proximidade por conta de seus parentescos. No entanto, mostra-se uma comunidade fechada, ou seja, com pouca interação com outras, o que acaba gerando uma relação de desconfiança

entre seus membros e os membros de outras comunidades vizinhas.

A partir das rodas de conversas e almoços comunitários (cada um trazia um alimento para confraternização), as famílias apresentaram de forma oral seus sonhos, o que desejam no futuro, o que querem para os seus filhos e quais são os seus objetivos. As 27 pessoas participantes informaram que desejam continuar morando na comunidade, que é um lugar tranquilo, calmo, que traz felicidade para eles. Como título de ilustração, apresenta-se as aspirações das famílias rurais:

#### Quadro 1 – Aspirações da Comunidade Rural de São Joãozinho.

Aspirações da Comunidade Rural de São Joãozinho	
Titulação da Terra	Conseguir a posse da terra para não ter perigo que alguém venha e roube deles o seu lugar, sua casa. Documentação do uso tradicional da terra para deixar de ser “posseiro”.
Práticas agroecológicas	Conseguir melhorar as condições de uso do solo, melhorar as roças que estão, a cada dia, mais fracas. Gostariam de contar com técnicos agroecológicos para auxiliar no melhor consórcio de plantas e manutenção das hortas.
Casa segura	Melhorar as casas que moram, pois alguns não as consideram seguras, porque “entra bicho” e as crianças sofrem com isso.
Letramento	Organizar uma turma de adultos e realizar um curso de alfabetização. Querem melhorar a comunicação e entender melhor o que as pessoas apresentam por meio da escrita.
Liberdade	Sentir-se novamente livre, com autonomia e alegria. Nos últimos anos, a pressão por terra fez com que algumas famílias cercassem seu terreno, algo que antes nunca teriam feito. Tudo sempre foi usado sem demarcação do espaço e sempre funcionou. Gostariam que esse sentimento voltasse na comunidade.
Participação	A comunidade organizada com bom acesso a educação, saúde por meio de uma Associação da própria comunidade.
Água potável	Acesso a água potável. Sabem que a água que tomam não é indicada para consumo.
Educação	Conseguir melhorar as condições de estudo dos filhos, em face à precariedade do transporte escolar, do tempo que se gasta e da condição das crianças por esse tempo.

As aspirações das famílias com atividades extrativistas giram em torno do autoconsumo para segurança alimentar; da organização social para a manutenção de suas terras ocupadas tradicionalmente; da preocupação com o futuro de seus filhos, tendo em vista a precariedade das condições para o estudo; bem como do bem estar

em geral.

#### **4.2. Aprendizados ocorridos na extensão acadêmica e suas contribuições para as redefinições das esferas públicas**

Os aprendizados decorrentes dessa experiência participativa baseiam-se no fato da extensão contrariar o escopo tradicional de educação voltada para a economia de mercado, mostrando que é possível um trabalho de extensão que proporcione uma vivência real entre estudantes e comunidades rurais empobrecidas, pautado na perspectiva da emancipação social por meio da democracia participativa. São necessárias algumas redefinições das instituições públicas em uma perspectiva socioambiental, a fim de valorizar as comunidades rurais caiçaras, pois seu modo de vida e sua cultura possuem uma dinâmica própria de sustentabilidade e humanização que, muitas vezes, não são vistas pelas universidades (FERREIRA, 2010). Outro elemento salutar dessa experiência é a necessidade da pesquisa-ação sobre comunidades caiçaras no litoral paranaense pelos extensionistas da UFPR, pois a identidade caiçara, até os dias de hoje, tem sofrido uma exclusão histórica e socioambiental. Dentro deste contexto, a educação cidadã é necessária para contrapor a tirania do dinheiro no território (SANTOS, 1999), e a extensão universitária pautada na democracia dialógica mostrou-se um *locus* privilegiado, juntamente com a comunidade, a Prefeitura e o Conselho Gestor da APA, para o desenvolvimento desse exercício.

Os extensionistas - através do acompanhamento da comunidade em diversos espaços de vivência, como o território familiar, a área do campo e as instituições públicas já citadas - tiveram a oportunidade de observar os fenômenos limitantes dos espaços públicos e privados para o enfrentamento das problemáticas e reivindicação de seus direitos de vida digna. Observou-se que, por representarem um agrupamento pequeno, de trinta famílias, que trabalha no campo e possui pouca escolaridade,

torna-se mais difícil o acesso a equipamentos e serviços públicos, como acesso à água potável, ônibus de linha, manutenção da estrada, escola para os filhos, saúde e a inclusão em cursos de alfabetização. A interação entre comunidade e governo começaram a mudar quando a equipe do projeto de extensão provocou um processo de democracia dialógica entre os participantes. Provocar, no sentido freireano, significa que a educação não é quando o professor finaliza sua aula com perguntas e respostas prontas e acabadas e, sim, quando o educando dispõe de questionamentos que trazem suas demandas locais e buscam, por si mesmos, a mudança da realidade.

O conceito de democracia dialógica representado no contexto do estudo de caso da extensão na comunidade São Joãozinho pode, então, ser analisado neste artigo em três vertentes.

A primeira é a ambiental. Nesta perspectiva, a democracia dialógica possui uma relação estreita entre democracia e sustentabilidade ambiental. Na análise de conjuntura sobre as comunidades rurais e a floresta atlântica localizada na APA - Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, a população possui um histórico familiar de longa data no local e mantém uma riqueza histórica de recursos culturais, caracterizando-se como comunidades tradicionais. Entre o exercício da democracia dialógica vivenciado pela comunidade nos últimos anos, através da representação dos membros da comunidade no Conselho Gestor da APA de Guaratuba (e com a formação da Associação da Comunidade Caiçara de São Joãozinho), abrem-se maiores possibilidades de interação com o poder público. Entretanto, existe, ainda, limitações para a atuação política, de forma ampla, nesses espaços, a fim de que seu modo e seu meio de vida possam ser garantidos. Entre eles, podemos citar a relação não-dialógica entre os extrativistas, pescadores e lavradores e os agentes fiscalizadores da APA, em que não são discutidas as possibilidades de utilização da natureza de forma não impactante,

e as ações são de intenções punitivas ao invés de orientações pedagógicas.

A relação dialógica, em sentido oposto ao cenário fático, possibilitaria uma interação de cooperação entre a população que vive na floresta - que possui saberes tradicionais sobre o território local e zelo pela Mata Atlântica - e os órgãos e instituições ambientais como o IAP, IBAMA. Caso houvesse parceria para discussão, as instituições públicas poderiam, por exemplo, trabalhar em ações de prevenção e projetos de desenvolvimento sustentável com o escopo de reduzir a comercialização ilegal de palmito. Da mesma forma, os órgãos ambientais poderiam ter conhecimento dos problemas da APA de Guaratuba em uma "roda de conversa" exercitando uma genuína ação comunicativa.

Neste viés, uma segunda vertente é a comunicacional. É imprescindível haver um fluxo de comunicação entre comunidade, atores políticos e demais instancias que interfiram no modo de vida das pessoas. O processo de comunicação envolve saber ouvir as diferentes ideias, e/ou as ideias do diferente, e, principalmente, respeitá-las (SIQUEIRA, 2001). Na extensão, os temas geradores para serem discutidos nas reuniões nascem da própria comunidade, ou seja, os temas do projeto de extensão são alterados conforme as demandas prioritárias da comunidade trabalhada, em uma perspectiva de relação dialógica entre a promoção da autonomia, emancipação e valorização da cultura local e na troca de saberes. A equipe do projeto de extensão aprende com a comunidade as relações históricas e políticas que afetam o modo de vida de pessoas empobrecidas, facilitando a compreensão de fenômenos, como o êxodo rural e a precariedade de saúde e ensino nas regiões de área rural.

Um exemplo claro da relação antidialógica, contrária a essa perspectiva comunicacional acima explicada, é proveniente de um determinado projeto de pesquisa no qual a abordagem da comunidade é realizada na perspectiva vertical, isto é, os membros do projeto impõem determinada conceituação à comunidade rural

sem um debate aberto e deliberativo. O objetivo desse grupo de pesquisadores é convencer a comunidade que estes são "cipozeiros", de modo que esta "catalogação" sirva para a criação de políticas públicas específicas. A perspectiva, neste trabalho que acompanhamos, demonstra o desejo dos pesquisados de que a comunidade rural - que hoje se reconhece como "lavradora" - apresente-se, a partir de agora, como "cipozeiros", a fim de integrarem ao grupo. As reuniões desse projeto dividem-se na fala do pesquisador, como emissor, e comunidade, como receptora, condicionados numa perspectiva tradicional de pesquisa.

Desta forma, compreende-se que a extensão universitária, que visa exercer a democracia dialógica, deve respeitar e reconhecer a subjetividade e a intersubjetividade dos membros envolvidos e buscar a intercomunicação, ou seja, uma comunicação recíproca e horizontal (FREIRE, 1979, 2000). Considera-se que o mundo humano é um mundo da comunicação; a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação, por isso, para nós, a educação é comunicação e a comunicação é diálogo. Tal processo precisa ocorrer de forma horizontal na extensão, já que a relação comunicativa e dialógica não se resume em uma transferência de saberes, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Nesse sentido, se faz necessária maior atenção ao quadro significativo comum ao outro sujeito (signos, expressões do objeto, inteligibilidade) e a paciência e persistência para criar um canal de comunicação legítimo.

Por fim, a terceira dimensão de análise da democracia dialógica é a jurídica. Nesta perspectiva, tem-se a possibilidade de os processos democráticos dialógicos com ampla mobilização popular alterarem deliberações com forças de Lei e autoridades do Estado (CARVALHO e VIEIRA, 2009). O direito não se encontra, apenas, no texto positivado ou na decisão judicial, mas está presente na justiça dialogicamente compartilhada em processos democráticos de decisão e transformação social, em determinada sociedade e em determinado momento histórico.

Esta compreensão dialógica é capaz de legitimar o Direito, sua transformação, incluindo as rupturas constitucionais.

Neste viés, é preciso comentar alguns aprendizados da extensão ocorridos a partir da participação democrática da comunidade em instâncias deliberativas e decisórias do poder público. A experiência de participação dos membros da comunidade no Conselho Gestor da APA de Guaratuba, por exemplo, foi uma conquista. A partir das práticas dialógicas, em São Joãozinho, as famílias refletiram sobre seu contexto histórico de uso tradicional da terra, bem como sua importância cultural e histórica, e sentiram-se empoderados ao terem direito de participação nessa instância deliberativa que influencia diretamente suas vidas.

Os processos de diálogo dentro do Conselho Gestor ocorrem buscando uma simetria nas relações e nos direitos à fala entre os participantes. Apesar da esfera pública do Conselho Gestor ser considerado um espaço formal de democracia dialógica, na prática das reuniões, este conceito pode ser questionado. A conquista da comunidade em eleger um representante no Conselho da APA gerou uma autoestima social em seus membros, pois estes passaram a desenvolver o exercício de participação política por meio das reuniões (mensais), na qual ocorriam interações acerca do modo de vida de distintas comunidades e as várias instituições ambientais envolvidas, seja no âmbito público ou privado. Nesses encontros, os atores argumentavam ou contra-argumentavam sobre as formações de leis e regulamentos, inserções de projetos e interferência no território vivido, tanto dentro da APA como em seu entorno.

O Conselho Gestor tem a função de auxiliar na elaboração de demandas de políticas públicas para a manutenção da biodiversidade e sociodiversidade. No entanto, dentro do Conselho, é visível identificar posturas de conselheiros preservacionistas que, por meio de um discurso técnico-científico, conseguem obter uma maior visibilidade e liberação de recursos para a realização de suas pesquisas. Até

o momento, esse espaço deliberativo pautado em uma democracia representativa divide-se em integrantes que ora dialogam (buscam o bem comum, cooperação, respeitam a liberdade e tem sentido compartilhado), ora discutem (de forma competitiva tentam provar suas ideias e presunções, sufocando a subjetividade e especificidade do local).

As reuniões da comunidade caiçara de São Joãozinho, em que participaram os extensionistas, serviram para desconstruir conceitos que atingem a sua cultura e identidade negativamente. O “ser posseiro”, a partir da interferência cultural de grupos ambientalistas e especuladores imobiliários, sofreu um processo de criminalização sobre a prática do uso tradicional da terra por essas famílias. Mesmo estando há mais de cem anos no local, tais comunidades impactaram o ecossistema de forma menos agressiva se comparadas com outras formas de produção de agronegócio. Entretanto, foi explicado que ser “posseiro” é fazer parte da história do Paraná, em especial, ser remanescente da povoação tradicional do Litoral. Conhecer a própria história e os próprios direitos gerou nessas famílias posseiras uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, um estímulo para a ação popular, cumprindo os objetivos de a ação ter um viés prático para o benefício das próprias comunidades (BRANDÃO, 1983). Desta forma, a comunidade se organizou e fez um abaixo assinado solicitando aos órgãos competentes do Paraná o início da regularização fundiária.

Um exemplo antidialógico, nesta perspectiva jurídica da democracia dialógica, é a antiga representação comunitária, na qual um morador da comunidade rural mais privilegiada representava as cinco comunidades do sul da baía de Guaratuba. Tal modelo de representatividade impedia o diálogo e a relação de solidariedade para a promoção da igualdade de oportunidades. Ao longo de trinta anos, as comunidades que tinham força econômica, por deter poder territorial através do cultivo da bananicultura ou poder político, por possuir um quadro expressivo de funcionários públicos, utilizaram a mobilização

das cinco comunidades (Rio Cedro, Empanturrado, Riozinho, Descoberto e São Joãozinho) para reivindicar projetos e políticas públicas, como posto de saúde, água potável e instrumentos agrários, em benefício das comunidades com maior relação de compadrio. Ou seja, a mobilização ocorria entre as cinco comunidades, entretanto, apenas duas recebiam os benefícios. Esse quadro foi identificado e refletido entre os membros da comunidade.

Outro exemplo antidialógico é o da escola Rural da comunidade, que possui uma valorização de cunho afetivo, histórico e político na comunidade caiçara de São Joãozinho. O espaço da escola poderia ser um local de educação popular, no qual os pais poderiam dialogar junto à Secretaria de Educação do Município de Guaratuba sobre a escola que precisam e sobre os meios pedagógicos que interagem com a realidade do campo. Entretanto, este processo dialógico não ocorre, pois as práticas de ensino desenvolvidas não possuem aderência com a vida da comunidade e estão distantes de práticas sociais e culturais, em uma perspectiva de educação cidadã. Não foi possível a formação de uma Associação de Pais e Mestres, devido à justificativa da Secretaria de não ter o número mínimo de trinta pessoas na escola, visivelmente desconsiderando a especificidade do campo. A participação da Associação na comunidade caiçara, ocupando o espaço físico da escola, também não é bem vista pelos atores municipais, pois a interpretação que fazem é que a esfera educacional não converge com outras demandas da comunidade, como saúde, infraestrutura, trabalho, renda e Assistência Social.

De fato, a escola - que surgiu dentre as reivindicações políticas durante as campanhas eleitorais de governo municipal na década de 1980 - sofre com a possibilidade de fechamento, pois a Prefeitura Municipal deixará de receber o adicional orçamentário para a manutenção de escolas rurais. Tal motivo tem levado vários gestores municipais a excluírem as escolas rurais na tentativa de manter seus orçamentos. A comunidade, como força coletiva, questiona

a exclusão de bens de utilidade pública, como a escola rural, e não aceita a justificativa de que a escola precisa fechar por ter poucos alunos e não trazer benefícios equiparáveis aos gastos para sua manutenção. A resistência contra o fechamento da escola ocorre há dois anos e, por enquanto, a comunidade tem vencido esse embate. Nesse sentido, o projeto de extensão contribui ao explicitar que os recursos precisam ser originados por ferramentas democráticas dialógicas e não patrimonialistas, pois a escola não pertence à Prefeitura (ou seja, ao prefeito em mandato) ou à Secretaria, mas sim à própria comunidade.

Manter a escola tem sido uma luta dos moradores, os quais vêem o prédio público com certo simbolismo, sendo este o único elemento do aparato estatal presente em suas vidas. Por isso, urge a necessidade da manutenção desse espaço para o bem-estar das famílias e a preservação de laços comunitários.

## 5. Considerações finais

Essas práticas de extensão universitária que envolvem participação das comunidades e construção de diálogos, numa perspectiva comunicacional, em áreas de difícil acesso, como no caso do Sul da Baía de Guaratuba, são novas. Esse tipo de extensão universitária ficou mais fácil de ser estabelecida a partir da criação de um novo setor da Universidade Federal do Paraná<sup>2</sup> (instituição com cem anos de existência), conhecido como Setor Litoral, inaugurado em 2005, o qual tem em seu Projeto Político-Pedagógico o objetivo de fomentar propostas e ações de desenvolvimento no litoral paranaense.

É no campo que experenciamos as teorias de empoderamento e participação política, apoiadas nos instrumentais da sociologia e antropologia, para construir uma abordagem voltada para a comunidade, e fazer uma mediação com outras instâncias dialógicas, como o âmbito jurídico, educacional e ambiental. Para tanto, a pesquisa-ação é alimentada por demandas

extraordinárias da comunidade e toda uma teoria sistêmica envolvida. Para adequação dos extensionistas, é necessário a contínua busca por debates e pesquisa científica sobre outras experiências de envolvimento comunitário. O comprometer-se com a ética da pesquisa e a profissionalização, a partir da problematização dos assuntos, bem como o trabalho em equipe e busca por estratégias envolvem um aparato teórico que, sem esse suporte, os acadêmicos teriam maiores dificuldades para adquirir a credibilidade para fundamentar sua prática de contribuição ao bem-estar social da comunidade.

Outro aspecto que podemos apontar em relação a essa recente prática na extensão é o fato de os atores governamentais, que trabalham com as possibilidades de desenvolvimento no campo, ainda possuírem uma visão mecanicista que despreza o conhecimento do outro. Um dos fatores que pode explicar tal fenômeno é a reminiscência de uma visão modelada durante o período da ditadura militar, em que havia muitos programas, modelos e elementos desenvolvimentistas, os quais viam as comunidades como meros receptores de seus pacotes tecnológicos.

A falta de visão democrático-dialógica na extensão também pode ter suas origens na desvalorização das pessoas empobrecidas que vivem no campo e de sua importância sociocultural e histórica no país. Nesse sentido, práticas dialógicas podem permitir que os extensionistas, de fato, aprendam quais são as representações sociais dessas comunidades, as quais resistem a uma lógica tecnicista, economicista e capitalista. A formação ideológica das comunidades tradicionais ainda é pautada na familiaridade, espiritualidade e solidariedade entre as pessoas.

Talvez, a compreensão dessas especificidades seja o primeiro passo para a redefinição da extensão na academia e nas instituições com extensão rural. Caso contrário, teremos, novamente, a instrumentalização das comunidades empobrecidas, agora com um discurso mais sofisticado, seja por meio de Organizações Não-Governamentais - que

trabalham com “pesquisas” e “desenvolvimento comunitário” para a “preservação da natureza”, mas, no entanto, não se ouvem as famílias para elaboração dos programas, apenas fazem recomendações -, seja por meio das próprias universidades - que não consideram os sítios de pertencimento dessas comunidades e apenas realizam coleta dados e informação para programas de pesquisa e extensão.

Enfim, a prática da extensão participativa resulta num espaço de autoformação e formação coletiva entre os envolvidos. Como resultado, constata-se que a democracia dialógica pode (e deve) ser desenvolvida e exercida através da pesquisa-ação. Por meio desta metodologia comunicacional, tem-se o empoderamento dos membros da comunidade e, também, dos próprios estudantes extensionistas, que passam a ter a teoria e prática a partir da reflexão, vivência e diálogo, rompendo, assim a visão reducionista de intervenção apenas na comunidade, redefinindo-a para outros espaços (universidade, instituições públicas locais, conselhos gestores, associações, empresas e ONGs). Em suma, é possível redesenhar novos trabalhos nas atividades de extensão, nas quais as comunidades empobrecidas passam a ter vez, voz e ação.

## Referências

BRANCO, S. **Educação ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

BRANDÃO, C R. **Aqui onde moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. Brasília: Ed. Brasília – MMA, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é o Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, F. M.; VIEIRA, J. R. As teorias dialógicas e a democracia deliberativa diante da representação argumentativa do supremo

tribunal federal. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 5, p. 81-92, out. 2009.

FERREIRA, M.R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Curitiba, UFPR, 2010. 222p. Tese (Doutorado em Agronomia).

FERREIRA, M.R.; NEGRELLE, R.R.B.; ZANATTA, R.A.F. Terra inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense. In: FRIGO, V.D.; ABRAHÃO, C. M. DE S.; QUADROS, D. A. (orgs). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011. p.13-38

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. **Caderno CRH**, Salvador, UFBA/CRH, n.21, p.9-28, jul./dez.1994.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

JEZINE, E. As práticas curriculares da extensão universitária. In: CORREA, E.J; CUNHA, E.S.M; CARVALHO, A.M (Org.). **(Re)conhecer diferenças, construir resultados**. Brasília: UNESCO, 2004. p.332-339.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.107-122

\_\_\_\_\_. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia de territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, 2002.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1946.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, UFF, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SIQUEIRA, H.S.G. Globalização e democracia dialógica. **A Razão**, 27.09.2001, Santa Maria/RS. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/democracia.html>. Acesso em 01 fev. 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa ação**. 7a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Extensão universitária e metodologia participativa. II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão. Rio de Janeiro: COPPE/URRJ, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

## Notas

1 A história da comunidade apresenta os processos de opressão por conta das empresas de reflorestamento de pinus na década de setenta.

2 A Universidade Federal do Paraná está localizada na Capital (Curitiba) e fica a 200 km dessas comunidades, o que inviabiliza uma aproximação entre Universidade e Comunidade rural.